



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo nº 0331771-3 (N.P.U. 0001711-06.2010.8.17.0660)

Agravante: Marli Alves da Silva

Agravado: Município de Goiana

Relator: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

Relator para acórdão: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. REVOGAÇÃO POR LEI ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO FEDERATIVO. RESPEITO À AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS. NÃO É ADMITIDA A REVOGAÇÃO TÁCITA DO DIREITO À PERCEPÇÃO DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIOS DEVIDOS. RECURSO DE AGRAVO PROVIDO, POR MAIORIA DE VOTOS.

1. O adicional por tempo de serviço foi instituído pela Lei Municipal nº 1.574/89 que, adotando os dispositivos da Lei Estadual nº 6.123/68, implementou aos vencimentos dos servidores municipais, dentre outras vantagens, referido adicional.
2. A Emenda Constitucional Estadual nº 16/99 extinguiu a aludida gratificação no âmbito dos Estados;
3. O Município recepcionou a norma constitucional estadual, por meio de lei, observando ao processo legislativo regular, de modo que as alterações posteriores na Carta Política Estadual não podem automaticamente incidir sobre o município, sem lei municipal autorizadora, em cumprimento ao princípio da autonomia legislativa, conferido pela Constituição Federal de 1988.
4. Recurso de Agravo provido.
5. Decisão por maioria.

ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso de Agravo nº 0331771-3**, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

maioria de votos, **em dar provimento** ao Recurso de Agravo, nos termos do voto condutor, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 20 de maio de 2014.


Erik de Sousa Dantas Simões
Relator para acórdão



144
M

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO/ REEXAME NECESSÁRIO N. 0001711-06.2010.8.17.0660 (331771-3)

AGRAVANTE : MARLI ALVES DA SILVA
ADVOGADO : FRANCISCO SERPA COSSART
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE GOIANA
ADVOGADO : RENATO BARBOSA DA FONSECA
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de Agravo Legal interposto em combate à decisão monocrática que, com esteio no art. 557 do Código de Ritos, deu provimento ao Reexame Necessário vinculado ao recurso de Apelação nº 0331771-3.

2. Em sua exordial, afirma a Autora, ora agravada, que é servidora pública municipal, admitida no quadro funcional do Município de Goiana em 1992, fazendo, portanto, *jus* ao recebimento de 3 (três) quinquênios, todavia está recebendo apenas 1 (um).

3. Sustenta que o Município agravado, após a EC Estadual n. 16/99, deixou de pagar novos adicionais por tempo de serviço, diante do entendimento de que a referida gratificação fora suprimida com a promulgação daquela emenda estadual.

4. Às fls. 77/78 v, sobreveio sentença deferindo os quinquênios pleiteados. Irrresignado com a decisão de base, o Município de Goiana interpôs Apelação, cf. fls. 83/92, onde, em apertada síntese, sustenta que inexistente o direito pleiteado pelo autor desde a edição da Emenda Constitucional Estadual nº 16 de 04.06.1999, a qual vedou o pagamento de qualquer adicional relativo ao tempo de serviço.

5. Conforme já informado, às fls. 105/113, proferi decisão monocrática que, com esteio no art. 557, §1º-A, do CPC, deu provimento ao Reexame Obrigatório, bem como julgou prejudicado o referido Apelo Voluntário, por considerar não recepcionada pela Emenda à Constituição Estadual nº 16/1999


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



142
M

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

a regra municipal que conferia aos servidores o direito à percepção de adicional por tempo de serviço.

6. Irresignada, a parte autora ingressou com o presente Agravo Legal, onde, em apertada síntese, defende: i) a nulidade da referida decisão monocrática, em razão da inexistência de seus pressupostos previstos no art. 557 do CPC; e ii) quanto ao mérito, a reforma do *decisum*, uma vez que, inexistente incompatibilidade entre a Lei Municipal e a Constituição Estadual.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 20 de maio de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



143
A

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO/ REEXAME NECESSÁRIO N. 0001711-06.2010.8.17.0660 (331771-3)

AGRAVANTE : MARLI ALVES DA SILVA
ADVOGADO : FRANCISCO SERPA COSSART
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE GOIANA
ADVOGADO : RENATO BARBOSA DA FONSECA
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

Vistos e examinados etc.

1. Não obstante os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo que a decisão recorrida deve ser mantida em todos os seus termos, uma vez que esta encontra-se em plena consonância com a remansosa jurisprudência do eg. Supremo Tribunal Federal.

2. Consoante se depreende dos autos, trata-se de ação de cobrança de verbas supostamente devidas, a título de quinquênios, a servidor público municipal.

3. De prêmio, observo que o Juízo *a quo* entendeu não ser caso de remessa necessária. Entretanto, de acordo com o art. 475, § 2º, do Código de Ritos, o reexame obrigatório somente resta dispensado quando a condenação da Fazenda Pública for de valor certo e inferior a 60 (sessenta) salários mínimos. Eis a redação do referido dispositivo legal:

Art. 475. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:

I - proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público (...)

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.

Compulsando os autos, constato que, em face de sua iliquidez, o valor referente aos quinquênios supostamente devidos pelo Município de Goiana ainda depende da realização de cálculos.

Destarte, de acordo com ordenamento jurídico pátrio, condicionada está a eficácia da sentença, ora em evidência, ao duplo grau obrigatório de

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

jurisdição, motivo pelo qual se deve reconhecer, *ex officio*, a existência de reexame necessário.

4. Pois bem. Passando-se ao mérito, conforme assente, 'quinqüênio', no Estado de Pernambuco, era o benefício adquirido após 5 (cinco) anos de efetivo serviço público prestado à União, Estados, Municípios e às respectivas autarquias, correspondente a 5% (cinco por cento) do vencimento¹ básico do servidor².

O referido direito teve previsão no ordenamento jurídico estadual no ano de 1968, com a edição da primeira Lei n. 6.123, mais conhecida como o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco.

5. Contudo, após a Emenda Constitucional Estadual n. 16, publicada em 04.06.1999, o plexo dos quinqüênios teve fim com a vedação da contagem do adicional do tempo de serviço. Confira-se:

Art. 1º: "Os artigos 14, 15, 18, 29, 32, 33, 35, 37, 40, 48, 49, 52, 53, 56, 68, 69, 72, 83, 88, 97, 98, 99, 100, 128, 131, 171, 172, 173 e 179, da Constituição Estadual passam a vigorar com a seguinte redação": (...)

Art. 128: (...)

§ 7º - É vedado:

I - O pagamento ao servidor público civil e militar e aos empregados das entidades da Administração Indireta que recebam transferência do Tesouro, de qualquer adicional relativo a tempo de serviço e a conversão em pecúnia, de férias e licença prêmio não gozadas, salvo, quanto a esta última, por motivo de falecimento do servidor em atividades.

Adrede, trazemos à colação o art. 17 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, da CRFB/1988:

Art. 17. Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos

¹ Vencimento é a retribuição pecuniária paga pelo Estado, em virtude do efetivo exercício, ao ocupante de cargo, emprego ou função, observadas as definições legais delineadoras do próprio cargo, emprego ou função. É a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei. Corresponde ao resultado da adição do montante relativo ao padrão definido legalmente para o cargo emprego ou função, com as vantagens que são asseguradas ao agente de forma fixa e permanente.

² Importa destacar que o art. 37, inciso XIV, da CRFB/1988 veda a incidência de gratificação sobre gratificação, em quaisquer hipóteses. Art. 17 da ADCT da CRFB/88 c/c Súmula do STF, enunciado n. 473.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.

6. Ora, conforme assente, por ser de observância obrigatória dentro de todo Estado – o que engloba, por óbvio, os Municípios especialmente neste inseridos –, sendo a Constituição Estadual alterada por meio de Emenda Constitucional, todas as leis infraconstitucionais que estiverem em nítido confronto com o texto Maior, sejam normas Estaduais ou mesmo Municipais, perdem sua vigência ante a supremacia da Constituição.

7. Deve-se registrar que não há falar em afronta ao pacto federativo, posto que o princípio da supremacia da Constituição, reputado por Pinto Ferreira como “pedra angular, em que assenta o edifício do moderno direito político”, impõe a compatibilidade vertical das regras hierarquicamente inferiores (infraconstitucionais) à Carta Suprema.

De acordo com lição do Prof. José Afonso da Silva³, o princípio da supremacia da Constituição:

“Significa que a Constituição se coloca no vértice do sistema jurídico do país, a que confere validade, e que todos os poderes estatais são legítimos na medida em que ela os reconheça e na proporção por ela distribuídos. É, enfim, a lei suprema do Estado, pois é nela que se encontram a própria estruturação deste e a organização de seus órgãos; é nela que se acham as normas fundamentais de Estado, e só nisso se notará sua superioridade em relação às demais normas jurídicas”.

Nessa senda, equivocam-se aqueles que verberam que os Municípios podem conceder Adicionais por Tempo de Serviço – ATS (quinquênios), em confronto direto com o texto insculpido na Constituição do Estado de Pernambuco, sob o argumento pueril de “autonomia prevista no pacto federativo”.

A vedação dos quinquênios, impende destacar, nada impede a autonomia do Município, que pode legislar livremente sobre os interesses locais (art. 25 da CRFB/88), observando-se, por óbvio, as regras previstas no texto Constitucional.

8. *In casu*, observa-se uma incompatibilidade (vertical) – superveniente – entre a Lei Municipal de Goiana, que prevê o pagamento de adicionais por tempo de

³ SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*, 9. ed. rev. São Paulo: Malheiros, 1992, p. 47-49.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

146
M

serviço, e a Constituição do Estado de Pernambuco, que, após a Emenda n. 16, expressamente proibiu a concessão dos referidos adicionais.

Destarte, não há como prevalecer, diante do suprarreferido princípio da supremacia da Constituição, a Lei Municipal em face de regra Constitucional criada pelo poder constituinte derivado reformador e de observância obrigatória não só pelo próprio Estado de Pernambuco, mas também por todos os Entes Municipais neste espacialmente inseridos.

9. No entanto, conforme acima destacado, na espécie, a incompatibilidade (vertical) entre a regra Constitucional e a Municipal, deu-se de modo superveniente.

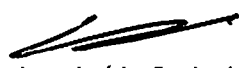
Desta feita, conforme já assente na doutrina e jurisprudência pátrias, não há falar em inconstitucionalidade, mas, sim, revogação da regra hierarquicamente inferior – no caso, a Lei Municipal –, em razão do fenômeno da não recepção.

De fato, com a edição da Emenda n. 16, alterou-se o parâmetro constitucional, não mais sendo admitida, em âmbito estadual e municipal, a concessão de adicionais por tempo de serviço.

Nessa senda, por não haver inconstitucionalidade (superveniente), mas, sim, revogação, inaplicável à espécie a cláusula de reserva de plenário prevista no art. 97 da Constituição Federal.

Acerca do tema, colaciono os seguintes julgados do eg. Supremo Tribunal Federal:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. LEI 4.156/62. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DA CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO (ARTIGO 97 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). INOCORRÊNCIA. NORMA ERIGIDA SOB A ÉGIDE DA CONSTITUIÇÃO ANTERIOR. RECEPÇÃO DA LEI POR ÓRGÃO FRACIONÁRIO. POSSIBILIDADE.
1. A cláusula de reserva de plenário (full bench) é aplicável somente aos textos normativos erigidos sob a égide da atual Constituição.
2. As normas editadas quando da vigência das Constituições anteriores se submetem somente ao juízo de recepção ou não pela atual ordem constitucional, o que pode ser realizado por órgão fracionário dos Tribunais sem que se tenha por violado o art. 97 da CF. Precedentes: AI-AgR 582.280, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 6.11.2006 e AI


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

831.166-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, Dje de 29.4.2011.

3. Agravo regimental desprovido.

(STF, AgR no AI 669872/RS, rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, Dje 14.02.2013).

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS. ISS. REGIME DE TRIBUTAÇÃO MAIS FAVORÁVEL. APURAÇÃO CONFORME VALOR PREFIXADO (TRIBUTO "FIXO" OU "ESPECÍFICO"). ART. 9º, DL 406/1968. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 5º, LIV, LV, 93, IX, 97, 150, I E II DA CONSTITUIÇÃO FUNDAMENTO AUTÔNOMO E SUFICIENTE. INAPLICABILIDADE DO ART. 9º DO DL 406/1968. OFENSA INDIRETA OU REFLEXA. NECESSIDADE DE REABERTURA DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA.

1. Não há violação do dever de fundamentação das decisões judiciais ou do devido processo legal (arts. 5º, LIV, LV e 93, IX da Constituição), pois Tribunal de origem prestou jurisdição, ainda que com o resultado não concorde a parte vencida.

2. Não há violação do devido processo legal se o Tribunal de origem considera argumentação posta em contra-razões de apelação, ainda que sobre ela nada tenha dito a sentença recorrida.

3. A aplicação retroativa de mudança de entendimento da autoridade fiscal favorável ao contribuinte depende do exame de legislação infraconstitucional (Código Tributário Nacional e legislação de regência do tributo), além de se traduzir em fato novo, pelo que não pode ser examinada neste momento processual.

4. Não se aplica a reserva de Plenário ao julgamento que se limita a examinar a legislação ordinária sem a necessidade de invocar implícita ou explicitamente a Constituição para reforçar ou justificar a exegese. 4.1. Também não se aplica o art. 97 d Constituição ao juízo de recepção ou não de normas criadas anteriormente ao advento da Constituição.

5. A valoração, classificação e caracterização de dados representados nos autos, se não depender de reabertura da instrução, não atrai o óbice posto na Súmula 279/STF. 5.1. Contudo, para interpretar o art. 9º, § 3º do DL 406, o Tribunal de origem ateve-se apenas ao texto da legislação ordinária, sem invocar a Constituição para justificar sua exegese. Portanto, como o parâmetro de controle direto foi a legislação federal, e o recurso foi interposto antes da introdução da alínea d ao art. 102, III da Constituição (EC 45), eventual violação constitucional seria indireta ou reflexa. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

(STF, RE 495370/PR, Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, Dje 30.09.2010).

10. Em consonância com os referidos precedentes, sendo o Pretório Excelso – STF, Guardião da Constituição Federal, autorizado a declarar, em face da não

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

recepção pela Carta da República, revogado o ato normativo infraconstitucional, por simetria, pode o Tribunal de Justiça de Pernambuco, Guardião da Constituição Estadual, declarar inválida, posto que revogada por Emenda à Constituição Estadual, lei municipal.

11. Em razão de todo o exposto, observa-se que o direito à percepção de quinquênios, no âmbito dos Municípios e do Estado de Pernambuco, só é possível se o tempo de serviço foi prestado até o dia 04.06.1999, quando publicada a Emenda Constitucional n. 16.

Assim, *in casu*, deve-se considerar, a partir da referida data, não recepcionada e, conseqüentemente, revogada a Lei Municipal que prevê a concessão de adicionais de tempo de serviço.

Nessa senda, como é certo que a servidora, ora agravante, ingressou nos quadros municipais em 17/02/1992, por óbvio, não faz ela *jus* aos quinquênios completados em 2002 e 2007, em razão da vigência da vedação instituída pela Emenda Constitucional Estadual n. 16, de 04.06.1999.

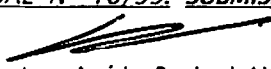
Nesse sentido, observem-se precedentes do eg. TJPE a respeito do *thema decidendi*:

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIO. SERVIÇOS PRESTADOS AO MUNICÍPIO NO PERÍODO ANTERIOR À EDIÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL N. 16/99. APLICAÇÃO DO ARTIGO 166 DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Com a edição da Emenda Constitucional n.º 16 de 29.12.1999 houve a vedação a percepção de quaisquer vantagens ou adicionais relativos a tempo de serviço. Ocorre que, o tempo de serviço prestado pelo apelado é anterior à referida Emenda Constitucional n.º 16, não podendo o direito do autor ser suprimido, uma vez que o fato já estava consolidado. Negado provimento ao Reexame Necessário, prejudicado o apelo voluntário. Decisão Unânime. Decisão: À unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar de inépcia da inicial. Mérito: À unanimidade de votos, conheceu-se do reexame necessário a fim de improvê-lo, e o recurso voluntário foi julgado prejudicado.

(TJPE, AC 0124839-5, rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, 7ª Câmara Cível, Julgado em 07.02.2006).

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. QUINQUÊNIO. GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO À UNIÃO. EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Nº 16/99. SUBMISSÃO AO REGIME JURÍDICO


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO À ÉPOCA DA INTEGRALIZAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO. INAPLICABILIDADE DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. AGRAVO IMPROVIDO.

1. *Do que se depreende da certidão de fl. 36, o demandante ingressou na(s) (...) (União) em 01 de fevereiro de 1989, permanecendo (...) por dezessete anos, seis meses e doze dias, tendo sido licenciado aos oito dias do mês de agosto de 2006, mesmo dia em que foi nomeado, empossado e entrou em exercício no cargo de Analista do Ministério Público de Pernambuco, perante o qual requereu a averbação do aludido tempo de serviço e a concessão de gratificação adicional pelo exercício de dois quinquênios junto à União.*

2. *Subsumindo a hipótese fática em apreço às disposições do artigo 166 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, infere-se que, em fevereiro de 1994, o agravante completou o primeiro quinquênio de serviços prestados à União, passando, assim, a fazer jus, nos termos do citado artigo, à gratificação adicional de tempo de serviço no percentual de cinco por cento sobre seus vencimentos e, em fevereiro de 1999, completou o segundo quinquênio, a partir de quando, ainda segundo o dispositivo legal em tela, implementou os requisitos para que lhe fosse garantido o direito a mais cinco por cento de gratificação adicional por tempo de serviço.*

3. *Não obstante reconheça-se o direito do agravante à averbação do tempo de serviço prestado à União, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, igual raciocínio não se pode aplicar à concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, eis que à época em que integralizou dois quinquênios de serviços prestados às Forças Armadas, ou seja, nos idos de 1999, o agravante estava sujeito ao rol de direitos, garantias e deveres constantes de Estatuto diverso do aplicável aos servidores do Estado de Pernambuco, visto que ocupante de cargo na União, sendo sua relação jurídica para com a Administração Federal regida, por conseguinte, pela Lei nº 8.112/90.*

4. *Tendo tomado posse no cargo de Analista Ministerial no Ministério Público do Estado de Pernambuco em agosto de 2006, só a partir desta data incorporou ao seu patrimônio jurídico os direitos personalíssimos do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco, de modo que, embora seja indiscutível o fato de que o agravante completou dois quinquênios de serviços prestados antes de excluída a previsão do adicional de tempo de serviço do rol dos direitos dos servidores públicos civis de Pernambuco, impende que se reconheça que, à esta época, o mesmo não estava sujeito ao Regime Jurídico dos Servidores Estaduais.*

5. *Evidencia-se a inaplicabilidade, a uma situação presente, de regra que previa vantagem econômica que vigorou tão somente até junho de 1999 e que, à época não pertencia à esfera de direitos do agravante, então*

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

sujeito a Estatuto diverso. A passagem do agravante para o Regime Jurídico que ele pretende seja aplicável à sua presente situação fática deu-se em agosto de 2006, quando já não mais vigente o dispositivo legal utilizado para fundamentar o seu pleito.

6. É de se reconhecer que, acaso o ingresso no serviço público estadual tivesse ocorrido em 1999, antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 16/99 e, portanto, quando ainda subsistente a previsão do direito à gratificação de adicional por tempo de serviço por quinquênio de serviço prestado, a situação seria diversa, visto que o agravante estaria pleiteando a garantia de incorporação ao seu patrimônio jurídico de direito integrante do Estatuto ao qual legitimamente se submetia.

7. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente agravo de instrumento. Decisão: À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Agravo de Instrumento. (TJPE, AI 0163812-2, rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, 7ª Câmara Cível, Julgado em 20.05.2008).

12. Posto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo Legal, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.
É como voto.

Recife, 16 de MAIO de 2014.

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



155

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo nº 0331771-3 (N.P.U. 0001711-06.2010.8.17.0660)

Agravante: Marli Alves da Silva

Agravado: Município de Goiana

Relator: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

Relator para acórdão: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO CONDUTOR

A presente questão cinge-se a supressão de valores dos vencimentos da servidora pública municipal de Goiana, a título de gratificação de adicional por tempo de serviço, de forma automática, sem qualquer norma apta a viabilizá-la.

Observa-se que a agravante é servidora do Município de Goiana desde 17/02/1992 e, por isso, deveria ter cumulado em sua carreira funcional 03 (três) quinquênios, na forma da Lei Municipal nº 1.574/89, que adotou a Lei Estadual nº 6.123/68. No entanto, percebe apenas 01 (um) quinquênio em seus vencimentos.

De fato, extrai-se dos autos, que o referido adicional foi instituído pela Lei Municipal nº 1.574/89, que, adotando os dispositivos da Lei Estadual nº 6.123/68, implementou aos vencimentos dos servidores municipais, dentre outras vantagens, o adicional por tempo de serviço.

A Lei Estadual nº 6.123/68, em sua redação originária, assegurava aos servidores públicos estaduais o adicional por tempo de serviço, *verbis*:

"Art. 166. A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada sobre o vencimento do cargo efetivo e para todos os efeitos a ele incorporada, correspondente a cinco por cento, por quinquênio, do efetivo exercício prestado à União, aos Estados, aos Municípios de Pernambuco e às respectivas autarquias. Parágrafo único. A gratificação adicional por tempo de serviço é concedida automaticamente, a partir do dia imediato àquele em que o funcionário completar o quinquênio."

BALE



156

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Com o advento da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99, restou extinta a aludida gratificação no âmbito dos Estados, tendo o inciso I do parágrafo 7º, do artigo 128 da Constituição do Estado de Pernambuco passado a disciplinar o seguinte:

"É vedado o pagamento ao servidor público civil e militar e aos empregados das entidades da administração indireta que recebam transferência do tesouro, de qualquer adicional relativo a tempo de serviço e a conversão, em pecúnia, de férias e licença-prêmio não gozadas, salvo, quanto a esta última, por motivo de falecimento do servidor em atividade."

De fato, com a edição de lei local regulamentadora da implementação do direito à percepção do adicional por tempo de serviço, não se pode alterar, administrativamente, os parâmetros legalmente definidos, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade.

A municipalidade, ao implementar os benefícios aludidos pela Lei Estadual, o fez através da Lei Municipal nº 1.574/89 e Lei Complementar Municipal nº 04/1991. Por conseguinte, não poderia o ente público suprimir direito concedido ao servidor, sem a edição de legislação para tal finalidade.

O Município recepcionou a norma constitucional estadual, por meio de lei, observando ao processo legislativo regular, de modo que as alterações posteriores na Carta Política Estadual não podem automaticamente incidir sobre o município, sem lei municipal autorizadora, em cumprimento ao princípio da autonomia legislativa, conferido pela Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido:

DIREITO ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - QUINQUÊNIO. MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES. REVOGAÇÃO TÁCITA - INEXISTÊNCIA. POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO DO ADICIONAL ATÉ O ADVENTO DA LEI MUNICIPAL N.º 154 DE 2007. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO DE FORMA UNÂNIME.1541.A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior (Decreto 4.657/1942), presumindo-se, com o silêncio do legislador, que a lei nova pode conciliar-se com a precedente.2.No Município do Jaboatão dos Guararapes, os servidores puderam adquirir o direito de perceber o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

adicional por tempo de serviço (quinqüênio) até o advento da Lei Municipal n.º Lei n.º 154 de 2007. 3.RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Decisão unânime. (2639458 PE 0005082-47.2012.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 24/04/2012, 7ª Câmara Cível)(Grifos nossos)

Sendo assim, em razão do princípio Federativo e em respeito à autonomia dos Municípios, não há como estender automaticamente dita supressão aos servidores municipais, sem que antes haja Lei Municipal extinguindo tal benefício.

Em face do exposto, voto no sentido de dar provimento ao Recurso de Agravo interposto, para manter a sentença *a quo*, em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 20 de maio de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator para Acórdão



152

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 20/05/2014

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 331771-3 – GOIANA

AGRAVANTE: MARLI ALVES DE LIMA

AGRAVADO: MUNICÍPIO DE GOIANA

RELATOR: DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

O RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR ENCONTRAM-SE ÀS FLS.141/150 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES

Firmamos o entendimento que os municípios são autônomos em relação a quinquênio. Com a mudança na Constituição não obrigaria. Então esse foi o nosso entendimento.

OS EXCELENTÍSSIMOS DESEMBARGADORES FERNANDO CERQUEIRA E ERIK SIMÕES ESTÃO EM DIVERGÊNCIA QUANTO AO VOTO DO DES. RELATOR.

DECISÃO:

“POR MAIORIA, VENCIDO O RELATOR, A TURMA DEU PROVIMENTO AO RECURSO. LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DES. ERIK SIMÕES”.

1